

*Regime militar, elites regionais e a confluência de agendas desenvolvimentistas: a ascensão e o Governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos, no Espírito Santo (1971-1975)**

UEBER JOSÉ DE OLIVEIRA**
Universidade Federal de São Carlos

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a confluência histórica entre o projeto de desenvolvimento que vinha sendo gestado no Estado do Espírito Santo desde os Governos pessedistas, especialmente o de Jones dos Santos Neves (1943-1945/1951-1954) e a implementação do projeto desenvolvimentista dos Governos Militares. A essa confluência de agendas – que se revelou elemento crucial de legitimação e permanência, nos espaços de poder regional, de figuras egressas das parcelas *urbano-industriais* do antigo PSD, durante a maior parte de vigência do Regime Militar – damos o nome de *Plataforma Ideal*.

Palavras-chave: Regime civil militar; Elites políticas regionais; desenvolvimento.

Abstract: This article aims to analyze the historical confluence between the development project that had been gestated in Espírito Santo since governments PSD party members, especially the Jones dos Santos Neves (1943-1945/1951-1954) and implementation of the development project Military Governments. At this confluence of agendas - which proved crucial

* Artigo submetido para avaliação em 11 de julho de 2013 e aprovado para publicação em 2 de setembro de 2013. O presente artigo é parte integrante da minha tese de doutorado defendida em 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de São Carlos-SP, com o título “*Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB*”, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Villa.

element of legitimacy and permanence in positions of power regional figures discharged from urban-industrial portions of the old PSD, during most of the duration of the military regime - we call the Ideal Platform.

Keywords: Civil military regime; Regional political elites; Development.

A sucessão estadual de 1970: a indicação de Arthur Carlos Gerhardt Santos como Governador biônico

Com forte repressão política decorrente do Ato Institucional N° 5, de 13 de dezembro de 1968, as atividades parlamentares foram temporariamente interrompidas¹, retornando somente em setembro do ano seguinte, após a edição do Ato Complementar N° 54 (de 20 de maio de 1969), quando foram estabelecidos os critérios para a reorganização dos partidos políticos (Arena e MDB), após um período de suspeição e incertezas no plano político e institucional. Mas as movimentações políticas se acirravam sobremaneira a partir de meados de 1970, quando se definiriam os nomes para o pleito daquele ano.² Nesse contexto, o Presidente Nacional da Aliança Renovadora Nacional (Arena), Rondon Pacheco, viajou aos estados para articular as candidaturas aos governos estaduais, naquela que ficou conhecida como *Missão Rondon Pacheco*, que completava politicamente o trabalho dos serviços de informação, e a partir da qual Médici analisaria a lista de pretendentes aos cargos de governador, senador e deputado federal (GRINBERG, 2009).

Na visão do articulista Carlos Castelo Branco (1977), a missão consistia em preparar as bases do partido para receber os governadores

¹ Durante toda a ditadura, o Congresso foi formalmente fechado em três períodos: o primeiro ocorreu entre 20 de outubro e 22 de novembro de 1966, ainda no Governo Castelo Branco (1964-1967); o segundo ocorreu no período pós AI-5, entre 13 de dezembro de 1968 e 21 de outubro de 1969; o terceiro foi entre 1° e 14 de abril de 1977, para a edição de um pacote de medidas eleitorais que visava garantir a vitória dos candidatos do governo.

² Em 1970 ocorreram eleições diretas para o Senado (2/3), Câmara Federal, Assembleias Estaduais, Câmaras Municipais e Prefeituras; além disso, ocorreram, também, eleições indiretas para os Executivos estaduais.

escolhidos pelo Presidente da República, sugerindo que, aos políticos, caberia esperar mais um pouco antes de pretenderem influir nas decisões do Governo. Desse modo, podemos firmar a convicção, com respaldo nas análises de Lúcia Grinberg (2009) e também no trabalho de Abrúcio & Samuels (1997), de que a articulação dessa *política dos governadores*, isto é, a eleição indireta dos chefes dos executivos locais foi um dos maiores pontos de conflito da época do Regime Civil-Militar, especialmente por conta da diversidade de lideranças de várias origens partidárias que formavam a Arena, o partido criado para ser a base de sustentação do Governo. Sobre as disputas em torno da conquista dos governos estaduais, a mesma autora aponta diversas manifestações de Senadores e Deputados acerca da necessidade de buscar o equilíbrio entre essas várias tendências internas do partido.

Antes de abordarmos a *Missão Pacheco* no Espírito Santo, convém observar que no caso da realidade capixaba, no que tange à montagem do arcabouço institucional bipartidário, acabou convergindo para a Arena, a forte polarização verificada no período 1945-1964 entre, de um lado, o PSD, com suas principais lideranças, e, de outro, a chamada *Coligação Democrática*, frente partidária que reunia diversas agremiações partidárias, a exemplo do PTB, UDN, PSP, PDC, PR, PSB. Esse fato tornou a Arena um partido extremamente disputado e dividido no estado.

Quanto à *Missão Rondon Pacheco*, ela chegou ao Estado do Espírito Santo no dia 15 de março, ocasião em que se reuniu com a Arena local com vistas à escolha do nome que substituiria o Governador Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971) no Governo. Na referida reunião, Dias Lopes, egresso do antigo PSD, no seu último ano de mandato, proferiu um discurso que ilustra muito bem o modo como os setores da elite civil, tanto brasileira quanto capixaba, apoiadoras do Regime Civil-Militar, enxergavam aquele momento político que o Brasil atravessava. O fragmento demonstra, também, o grau de alinhamento e comprometimento dos segmentos de poder nas instâncias regionais e locais, o que ilustra o ambiente a partir do qual se daria a sucessão. Isto é, a ditadura estava consolidada com os apoios nos estados e municípios bastante definidos:

[...] A experiência revolucionária haverá de contribuir, em futuro não muito longe, para a *revisão do conceito filosófico-social da Revolução*. O secular e consagrado conceito de Revolução como estado de rotura da ordem jurídico-social preexistente e vigorosamente contestada, encontrando em apreciadas obras de renomados filósofos e ensaístas, no Brasil, nossa experiência revolucionária realiza a substituição de estruturas sem ter passado por aquele período tumultuário que se localiza entre o evento militar e a definição da nova ordem, período esse que se poderia chamar de *caos revolucionário*. E a história está cheia de exemplos de revoluções que se perderam nesse hiato, que não raro dificultava, *retardava e até comprometia o processo de mudança para o desenvolvimento a que se propunham*, sem se falar nas distorções do retorno a formas estereotipadas das estruturas contra as quais foram deflagradas. A Revolução livrou-se desse hiato penoso e quase sempre sangrento. A implantação do novo regime se opera no ritmo da substituição das estruturas [...] (LOPES FILHO, 1966-1979, fls. 90-92, grifo nosso).

Nota-se na exposição, que o então Governador Dias Lopes considerava aquele momento como a consolidação do regime instaurado em 1964. Curiosamente, não menciona, em nenhum momento, naquilo que chamou de *hiato* ou *caos revolucionário*, as cassações de mandatos, as perseguições a grupos políticos e sociais, o fechamento do Congresso e da Assembleia Legislativa, as torturas, que naquele momento já estavam sendo bastante combatidas. Importante salientar, além disso, que essa indiferença em relação às ações autoritárias e de exceção por parte do regime não é demonstrada no fragmento, apesar de o chefe da Polícia Civil do Espírito Santo e, portanto, responsável por grande parte das prisões e torturas no Estado, ter sido nada menos que o próprio irmão do Governador, o Sr. José Dias Lopes.³

³ Para maiores esclarecimentos sobre o processo de perseguições e torturas praticadas contra presos políticos no Espírito Santo, no contexto do Regime Militar, ver: PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber Jose de; GABRECHT, Ana; MARVILLA, Miguel. *Ditaduras não*

Em outra parte do discurso, o Governador apresenta o que para ele significava a *revolução* empreendida no período:

Não há propriamente uma rotura com o passado, senão com o que nele estava comprometido pela senilidade ou pelas distorções. Preservou-se [sic], no entanto, os valores espirituais da nacionalidade. *E por isso o processo de desenvolvimento pôde ser iniciado sem perda de tempo.* O resultado aí está. Ao termo do sexto ano de sua implantação, a experiência revolucionária brasileira registra vitórias magníficas [...]. Aí está a inflação, que alcançara índices insuportáveis e que corroía todas as resistências econômicas e morais da nação, reduzida aos 24% (vinte e quatro) e que haverá de chegar aos índices suportáveis da casa dos 10% (dez). *Não se sabe se há muitos exemplos como este na história das revoluções.* Aí estão as marcas extraordinárias de conquistas empolgantes na luta pelo desenvolvimento. Veja-se o expressivo crescimento do produto interno bruto; observem-se os ousados projetos rodoviários já executados e em plena execução; registre-se a Revolução em nossa Marinha Mercante; assinalem-se as vitórias nos setores da educação e da saúde pública; anote-se o espetacular aumento de nosso Parque Energético [...] (LOPES FILHO, 1966-1979, fls. 90-92, grifo nosso).

Nota-se uma associação direta entre *revolução* e *desenvolvimento econômico* a partir de forte intervenção do Estado, o que retrata muito bem a racionalidade de parte da elite política da época, já aferida por importantes estudos, tais como os de Alves (2005) e Rezende (2003), entre outros, quando fazem referência à chamada *modernização autoritária*. Segundo esse modelo, no contexto internacional marcado pela Guerra Fria (1947-1991), as

são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64 no Espírito Santo. 1º. ed. Vitória: Flor&Cultura, 2005. v. 1. 223 p.; outra publicação, mais recente, que ilustra muito bem o cenário da repressão no Espírito Santo, são as memórias do Ex-Delegado-chefe do DOPS recentemente publicadas pelos Jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Neto. Para maiores informações, ver: MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. *Memórias de uma guerra suja*: Claudio Guerra. 1º Ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2012.

reivindicações dos trabalhadores representavam, para as elites, uma luta cujo desfecho seria fatalmente a implantação do socialismo. Era necessário, portanto, mitigar o processo político-social efervescente em curso e ao mesmo tempo acelerar a intervenção do Estado na economia, no sentido de modernizar o capitalismo brasileiro, mas sem impetrar reformas sociais mais profundas, consolidando a sociedade urbano-industrial. É o que ocorre no chamado *Milagre Brasileiro*.

Sobre as medidas do Regime que contrariavam os princípios próprios do sistema democrático, o Governador Dias Lopes é ainda mais enfático ao justificar as medidas de exceção empreendidas, demonstrando alinhamento absoluto em relação ao Governo Federal, quando afirma que

[...] Um aspecto, porém, há-de [sic] de estar preocupando [...]. É que as conquistas no campo do desenvolvimento não tem [sic] encontrado correspondência no campo político e jurídico. Vê-se que há, na linguagem de certas lideranças, em cautelosos editoriais da imprensa, a permanente reivindicação do retorno do país ao regime democrático. A que regime democrático querem, porém, que retornemos? Retornar significa regressar, voltar ao ponto de onde se partiu. *Será então, que desejam voltemos [sic] ao regime democrático anterior ao ano de 1964?* _E aquilo será, por acaso, regime democrático a que se possa desejar retornar? Ninguém tenha dúvida de que aquele regime está, graças a Deus, definitivamente enterrado. *E está enterrado porque não forneceu suporte, nem ofereceu clima ao desenvolvimento do país.* E está também enterrado porque a Democracia liberal, como regime gerado pelo liberalismo econômico, é hoje formulação totalmente recusada em quase todos senão em todos os países do mundo [...]. (LOPES FILHO, 1966-1979, fls. 90-92, grifo nosso).

Sobre o importante papel da classe política no que dizia respeito ao regime alcançar seus objetivos, Dias Lopes aponta para o fato de que o

[...] compromisso da Revolução não é retornar, mas construir um regime democrático para o Brasil, sem

quaisquer preocupações com os modelos externos ou idéias-clichê. Cada um de nós, eminentes correligionários, tem uma importante parcela de responsabilidade na construção do novo regime. *Nós políticos, nós homens públicos, nós administradores, os homens de pensamento do país*, todos temos o dever de não aceitar as engenhosas formulações do retorno. *Temos que defender a Revolução*, como única oportunidade histórica para os grandes sonhos deste país. A obra extraordinária para o desenvolvimento, iniciada com o Governo Castelo Branco que a justificou na doutrina e lhe deu respaldo legal, deflagrada com o Plano Estratégico de Costa e Silva e que vai encontrar o coroamento consagrador no Projeto Brasileiro de Desenvolvimento do Eminente Presidente Médici, essa obra extraordinária tem que ser complementada com a implantação do Regime, que será democrático, mas não será filho do retorno, porque será criação [...] (LOPES FILHO, 1966-1979, fls. 90-92, grifo nosso).

Os fragmentos representam uma boa demonstração da convicção do apoio civil urbano-industrial para o Regime Militar. Assim, visando dar continuidade ao seu projeto de desenvolvimento local com vistas a ultrapassar a crise do café, Dias Lopes era o maior interessado em fazer um sucessor que se enquadrasse dentro da lógica desenvolvimentista implantada no seu governo.⁴ Era importante para ele, também, obter sucesso nas eleições legislativas, motivo pelo qual, na mesma reunião de 15 de março de 1970, teceu alguns comentários, indicando o alinhamento com o Governo Federal:

[...] No momento, pois, eminentes correligionários, em que nos reunimos, na manhã do ano político, para os

⁴ Sobre o processo de desenvolvimento implantado na gestão Dias Lopes, ver: OLIVEIRA, Ueber José de. *Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB (1964-1982)*. 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2013; VILLASCHI, Alindo. (Org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011.

Dentro da sistemática adotada pelo Presidente da República para escolha dos Governadores de Estado, até o momento, é esperado que o substituto do Governador Christiano Dias Lopes Filho seja tão afinado quanto ele com a problemática desenvolvimentista que a Revolução defende que seja uma figura de igual respeito e responsabilidade [...] (LOPES FILHO, 1966-1979, fls. 90-92).

Ao longo do processo sucessório, apareceram aproximadamente 16 pleiteantes ao cargo de governador, o que demonstra a permanência das várias correntes do partido governista se movimentando no sentido de adquirir espaços de poder. É evidente que a grande maioria desses nomes era colocada somente para tumultuar o processo e para que as várias facções internas da Arena marcassem suas posições nos espaços políticos. Assim, as candidaturas que efetivamente possuíam condições não eram muitas, dada a precondição imposta pelo regime, a de que a escolha recairia sobre um nome técnico.⁶

Antes de adentrarmos nas movimentações em torno da sucessão, convém esclarecer que, durante o Regime militar, houve variação no que tange à interferência do governo central no processo de escolha dos governadores, dependendo de cada estado e de cada circunstância. *Grosso modo*, podemos afirmar que tal escolha seguia, basicamente, três etapas: 1º) ocorria um amplo debate no interior do partido governista, a Arena, entre as principais lideranças e/ou grupos, para a confecção de uma lista ou indicação

⁶ Importante registrar que a escolha do nome que substituiria o Governador Dias Lopes atrasou por conta do sequestro do Embaixador da Alemanha Ocidental, Sr. Ehrenfried Von Holleben, ocorrido no dia 11 de junho de 1970. O sequestro foi realizado pela VPR - Vanguarda Popular Revolucionária e pela FLN - Frente de Libertação Nacional. Teve a participação de 19 militantes, entre os que decidiram, os que planejaram, os que executaram a ação e os que a apoiaram. Durou 5 dias, com diversas mensagens trocadas entre os governos brasileiro e alemão. O Embaixador foi libertado somente após a libertação de 40 presos políticos, que chegaram à Argélia no dia 15 de junho de 1970. RAPTO do Embaixador Von Holleben fez atrasar mais sucessão no Estado. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 16 jun. 1970.

de um nome, se fosse alcançado o consenso; 2º) em seguida, a lista escolhida era submetida ao Presidente da República para indicação de sua preferência; 3º) em seguida, o nome era remetido à Assembleia Legislativa do Estado, para ser aprovado.

Retomando ao quadro sucessório, entre os 16 pleiteantes, eram três os mais cotados para assumirem o governo: o engenheiro Arthur Carlos Gerhardt Santos, ex-secretário, criador e Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (Codes) (que depois se tornou Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - Bandes), importante instrumento da política de desenvolvimento criado durante o Governo Dias Lopes (1967-1971); o também engenheiro Marcus Pereira Vianna, que naquele momento ocupava o cargo de Secretário Geral do Ministério do Planejamento, tendo exercido anteriormente o Cargo de Superintendente Industrial da Cia Vale do Rio Doce;⁷ e o Professor Darcy Werther Vervloet, então Secretário de Educação e Cultura do Governo Dias Lopes. Os três pleiteantes possuíam perfis eminentemente técnicos, isto é, sem trajetórias político-partidárias.⁸

Havia ainda duas possibilidades de candidaturas: uma era o então Senador Raul Gilberti, que novamente pleiteava a vaga, mas que possuía chances bastante reduzidas diante do perfil traçado naquela circunstância, e da postura oposicionista em relação ao Governo Dias Lopes, enquanto membro do antigo PSP e da ala dissidente da Arena. As memórias de Arthur Carlos são reveladoras nesse sentido:

[...] quando chegou a sucessão do Christiano, houve uma pressão política muito grande pra que fosse escolhido um político. E o preferido pelos políticos, que, aliás, era uma

⁷ Embora nunca tenha exercido mandato eletivo algum, Marcus Pereira Viana era filho de Ary Vianna, tendo este último sido fundador do antigo PSD, tendo exercido também os mandatos de Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim (1943-1945), Deputado Federal (1946-1951), e Senador (1955-1963). Marcus Vianna, entre outros cargos, foi Presidente do BNDE entre outubro de 1970 e março de 1979, portanto, nos governos Emílio G. Médici e Ernesto Geisel. Morreu no Rio de Janeiro, onde vivia, no dia 26 de junho de 2012, em decorrência de um infarto.

⁸ MARCOS Vianna, Arthur e Werther os nomes mais falados. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 4 abr. 1970.

pessoa muito séria, muito boa gente, era o Doutor Raul Gilberti. Aí estava tudo certo, quer dizer, no meio político, você sabe como é que são essas coisas, não é? No meio político estava tudo certo. Aí um dia, [Ernani] Gauvéias me telefonou e me disse assim: Arthur, não vai ser político nisso não! Pelo que eu soube aqui das fofocas aqui em Brasília, tem três nomes que estão sendo estudados: o Marcus Viana, o meu e o seu. Eu digo: ótimo! Vou perder pra qualquer um dos dois! (risos). Passando uns dias, eu encontro no aeroporto o pai do Marcus, o seu Ary. Ô Seu Ary, tudo bom? O que tem de novo aí? Tem uma novidade pra você. Nem Marcus, nem Ernani⁹ podem ser Governadores aqui no estado porque eles não têm título eleitoral aqui, eles têm título no Rio. Caramba, to roubado! (risos), mas não teve jeito. Bom, aí os políticos continuavam na expectativa de o sucessor de Christiano ser um político [...]. (SANTOS, 2010).

A outra possibilidade era o Promotor de Justiça Eduardo Durão da Cunha, que representava um dos principais focos de oposição ao Governo Dias Lopes, o que o fez ser absolutamente vetado pelo Governador. Sobre ele, o Governador, anos depois, teceu o seguinte comentário:

[...] quando estava naquele negócio de escolher governador, quem vai ser, quem não vai ser, a cidade toda e o estado todo inundado com aquilo, o nome era o Durão Cunha, ia ser o Governador. Aí eu resolvi ir ao Rio, chamei o Alvíno Gatti e disse pra ele o seguinte: “Alvíno, eu estou indo ao Rio pra resolver esse negócio de Governador do Estado, estão falando aí que vai ser o Durão. Se for o Durão eu não volto como Governador. Você vai ser a pessoa que vai anunciar isso. Eu te telefonarei e não voltarei, eu renuncio lá mesmo se forem botar o Durão”. [Em seguida, Alvíno Gatti responde:] [...] “Deixa comigo!” [...] “Só quero você aí mais ou menos na escuta porque pra avisar se eu vou renunciar ou não vou

⁹ Trata-se de Ernani Galveias, nascido em Cachoeiro do Itapemirim-ES (1922) e que ocupou diversos postos da burocracia estatal brasileira, entre os quais Presidente do Banco Central do Brasil e Ministro da Fazenda.

renunciar. Se eu for renunciar, você dá cobertura aí pra minha família sair do [...] dessa coisa toda”. Aí lá fui eu, fui lá no Rio. Tinha um militar que ficou encarregado de fazer essa coordenação, esqueci o nome dele, eu fui ao Ministério da Justiça e disse: “olha aqui, nós não temos candidato a Governador, os nossos nomes estão numa lista aí pra ser escolhido. Há várias opções, mas eu não aceito é essa candidatura, esse Durão Cunha [...]”. Não precisa ligar pro Alvíno. O Alvíno foi lá ao aeroporto e eu digo: “Pode tirar a mochila de resistente aí porque não vai acontecer nada, esse moço não vai ser Governador” [...] (LOPES FILHO, 1977, p. 20-33).

Embora com perfis eminentemente técnicos, os três principais pleiteantes possuíam alguma vinculação com o extinto PSD, especialmente Marcus Vianna e Gerhardt Santos, cujos pais, respectivamente Ary Vianna e Octaviano Santos, foram fundadores e importantes lideranças do Partido no período 1945-1964. O Professor Darcy Vervloet, por sua vez, era próximo de importante liderança pessedista, o Deputado Francisco Schwarz.

Já o Senador Raul Giuberti, embora tivesse composto com o PSD em algumas ocasiões, no período 1945/1964, na maior parte das vezes esteve em lado oposto ao dos pessedistas, posição em que se encontrava neste momento desde o rompimento com o Governo Dias Lopes. Isso evidencia que se manteve, nesse pleito, portanto, a polarização entre o PSD e elementos da antiga *Coligação Democrática*, verificada nos pleitos do período democráticos dos anos 1945-1964. Sobre esse aspecto, reveladoras são as palavras do então Senador Eurico Rezende (ex-UDN), que não havia participado da aliança a qual elegeu o Governador Christiano Dias Lopes e que foi peça-chave na eleição de José Moraes para presidência da Mesa Diretora da Assembleia, ocorrida em 1968, contrariando a orientação do Governo, e que tantos desgastes havia causado no Governo Dias Lopes:

A pleitora de candidatos é uma das características que, infelizmente, ainda existe na Arena e que só o tempo e a substituição de gerações poderá erradicar. Nosso Partido, via de regra no plano estadual, acentuadamente [...]

dividido entre tendências, herdadas do pluripartidarismo responsável, em muitos casos, pela intervivência [sic] de divergências. Não conseguimos, por enquanto, ser uma “síntese”, pois continuamos a ser uma soma. E deve-se acentuar que à pleora de candidatos exprimindo aquelas tendências ou divergências, adicionam-se outros grupos: dos “técnicos”, dos “empresários” e dos “apolíticos” [...].¹⁰

Tal como já salientado, o critério adotado pelo Governo Médici para indicar Governadores que assumiriam em 1971 foi eminentemente técnico,¹¹ afastando os esquemas tradicionais da política brasileira (SILVA, 1993). Além disso, foi traçado o incremento, no mesmo Governo Médici, do programa de desenvolvimento econômico e integração nacional, que exigia um trabalho mais coordenado e harmônico entre as administrações federal e estadual.¹²

Nesse sentido, buscava-se passar por cima das várias clivagens políticas no interior do partido governista e os três principais candidatos mencionados se enquadravam no perfil técnico adotado. Como já salientado na citação de Gerhardt Santos, Marcos Vianna tinha uma desvantagem: o seu domicílio eleitoral. Embora filho de tradicional família capixaba, do sul do Estado, era radicado na Guanabara e eleitor daquele Estado, no qual também desenvolveu toda sua carreira enquanto técnico. O relativo afastamento da política capixaba, bem como das questões locais representava um empecilho para que seu nome vingasse.

Em relação aos outros dois nomes, começou a vir à baila com mais força, ganhando destaque como candidato, o nome de Arthur Carlos Gerhardt Santos,¹³ em detrimento do Professor Darcy Werther Vervloet, especialmente por sua trajetória com perfil marcadamente

¹⁰ EMENDA de Eurico: mandato de quatro anos para prefeitos. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 29 abr. 1970.

¹¹ UM nome técnico. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 22 mai. 1970.

¹² LEONOR, Esdras. Linhas gerais de orientação para os futuros governos. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 15 jan. 1971.

¹³ ESTÁ chegando a hora da definição do nome que irá substituir Christiano no Governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 1º jun. 1970.

desenvolvimentista. Gerhardt Santos era Professor da Universidade Federal do Espírito Santo, esteve vinculado entre 1953 e 1964 ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), instituição na qual ocupou desde o cargo de engenheiro até o de Diretor Geral (SILVA, 1993). Do ano de 1959 até 1969, foi assessor técnico da Findes. Além disso, ocupou o cargo de Secretário sem Pasta para o Planejamento e Secretário de Viação e Obras Públicas entre 1966 e 1967; foi Diretor do IBC/Gerca (1966-1967); criador e Presidente da Codes e, em seguida do Bandes.

Como já salientado, Gerhardt Santos era filho do ex-deputado Otaviano Santos (PSD-ES), mas nunca teve militância político-partidária, e tinha como principal trunfo o fato de ter desempenhado papel fundamental no Governo Dias Lopes, especialmente no reaparelhamento institucional do Estado, bem como na implantação da estrutura burocrática voltada para a recuperação econômica e para o desenvolvimento da economia capixaba. Além disso, pelo prestígio de técnico competente e pelas boas relações políticas construídas por sua família, especialmente seu pai, Gerhardt Santos possuía bom trânsito em todos os setores políticos e sociais do Estado, principalmente da Arena, o que poderia contribuir para a minimização dos conflitos no partido governista, algo não alcançado por Dias Lopes, tal como esclarece o jornal *A Gazeta* em editorial:

Será, então, fácil ao futuro governante reunir a Arena em torno de sua pessoa e dizer que daqui para frente será tudo um bloco só, o que não poderia ser feito pelo Sr. Christiano Dias Lopes Filho, que, sendo de uma das velhas facções democráticas extintas - ex-PSD - encontrou dentro da nossa Arena os grupos dos antigos 13 partidos (e muitos formaram uma velha coligação chefiada pela ex-UDN contra o ex-PSD) que ainda guardavam e guardam dele algum ressentimento, porque o Sr. Dias Lopes Filho nunca perdoou as administrações de *arrasa-quarteirão* que se estabeleceram aqui e que foram duramente condenadas por ele até a sua entrada no Governo.¹⁴

¹⁴ O SENTIDO de uma indicação. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 2 jul. 1970.

O editorial deixa evidente a dificuldade encontrada pelo Governo Dias Lopes para apaziguar a Arena, bem como para dirimir os conflitos entre o ex-PSD e as forças políticas reunidas em torno da antiga *Coligação Democrática*. Aponta também para as gestões de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966), alvo principal da atuação de Dias Lopes quando estava cumprindo o seu último mandato de deputado estadual.

No mês de junho e, portanto, na reta final da escolha do sucessor de Dias Lopes, em meio a muitas especulações, outros dois nomes afloraram como passíveis de serem escolhidos: um foi o ex-prefeito da Capital, Setembrino Pelissari, um ex-udenista cooptado pelo Governo Dias Lopes, credenciado pela boa administração realizada; e o outro, o General Adyr Maia que, embora até então alheio à política partidária, era uma liderança que se destacava como representante dos interesses da região norte.

No contexto de tais movimentações, importante salientar que o *Jornal A Gazeta*, já no dia 8 de abril de 1970, veiculou o depoimento do então Governador Dias Lopes, após encontro com o presidente Médici, o qual informava que havia prestado informações sobre o processo sucessório do Espírito Santo, mas que nada ainda havia sido decidido. Apontou, também, que o Presidente voltaria a convocá-lo, juntamente com o presidente Regional da Arena, Emir de Macedo Gomes, para tratar das eleições de 1970.¹⁵

Na ata da Comissão Executiva da Arena do dia 13 de julho de 1970 pode ser observada a referida convocação para a reunião, que foi realizada no dia 1º de julho, em Brasília, ocasião na qual foi finalmente indicado, pelo Presidente Médici, o candidato oficial que seria submetido à Assembleia Legislativa no dia 3 de outubro:

[...] Emir de Macedo Gomes relata aos presentes como ocorreu a sua audiência com o Sr. Presidente da República, quando da indicação do seu escolhido a candidato ao cargo de Governador do Estado, concorrente às eleições próximas de 3 de outubro. [...]

¹⁵ GARRASTAZÚ não se definiu sobre Governo. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 8 abr. 1970.

Informa que o escolhido do Presidente da República foi o Sr. Arthur Carlos Gerhardt Santos [...] e que o candidato a Vice-Governador devia ser um nome de um político militante; sendo que a escolha do vice seria feita pelo [...] candidato a Governador escolhido, pelo Presidente do Partido e pelo Diretório Estadual da Arena [...].¹⁶

Sobre a indicação de Gerhardt Santos, sabe-se que não era o preferido do Governador Dias Lopes. Naquela altura, os dois já possuíam sérias divergências acerca do projeto desenvolvimentista, mas o peso da Mineradora Vale do Rio Doce, com a qual Arthur Carlos possuía fortes ligações por meio de Eliezer Batista, bem como da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), acabou sendo decisivo. Assim, o papel de Christiano na escolha do novo Governador foi de apenas não vetar. Isto é, não fazer campanha contra (VASCOCELLOS, 2010). Com o tempo, as relações entre Dias Lopes e Arthur se desgastaram bastante, até o definitivo rompimento, ocorrido no início de 1971.

Confirmada a candidatura de Arthur Carlos Gerhardt Santos, restava a escolha do candidato à vice, que caberia ao indicado, em consonância com a direção da Arena regional. Todavia, visando a encontrar um nome de consenso no interior do partido majoritário, devido à necessidade de se estabelecer uma razoável base de sustentação para o futuro governo, Gerhardt Santos, inteligentemente, abriu mão da prerrogativa atribuída pelo Presidente Médici e a transferiu para a bancada da Arena, na Assembleia.

Essa postura do recém-escolhido candidato ao governo ocorreu devido à clareza quanto à necessidade de estabelecer a unidade partidária ou, pelo menos, um convívio o menos conflitante possível com os setores dissidentes da Arena. O articulista do jornal governista, *A Gazeta*, Jackson Lima, nos revela tais intenções:

¹⁶ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. *Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo*. Vitória, 1966-1979, fls. 93-94.

Tendo em vista que o Eng. Gerhardt Santos abriu mão das prerrogativas que lhe dera o Presidente da República para pessoalmente escolher seu vice-governador no seio da classe política, optando por conferir à bancada arenista na Assembléia, sem restrição, a indicação dos nomes que julgasse de sua conveniência, é de se supor que o futuro governador do estado se manteve preocupado em manter a unidade partidária em torno de seu nome [...].¹⁷

Em outro artigo, o mesmo autor faz menção a diversas movimentações de lideranças do partido governista com o objetivo de suprimir as velhas facções intra-Arena:

Um grande esforço se desenvolve agora através da movimentação de algumas das mais expressivas lideranças arenistas, no sentido de estabelecer um verdadeiro sentido de unidade partidária nas hostes do partido majoritário no Estado. Tal esforço pretende colocar em plano prático a idéia de combate ao divisionismo com que alguns elementos ainda pretendem manter facções já superadas dentro da agremiação. Para que possa realmente sustentar os princípios sobre o que se instituiu na vida brasileira – e este é o raciocínio central da tese defendida por aquelas lideranças –, a Aliança Renovadora Nacional não mais se poderá identificar pela junção de grupos ou subgrupos de legendas extintas, se não por um todo unificado e geral.¹⁸

Portanto, os setores governistas da Arena, tendo à frente lideranças oriundas do antigo PSD, reunidos nesse momento em torno de Arthur Carlos G. Santos, passaram a se articular com a intenção de evitar os problemas enfrentados pelo governo Dias Lopes, os quais tinham sido motivados pelas relações conturbadas com setores da Arena, insatisfeitos

¹⁷ LIMA, Jackson. Com a definição do quadro sucessório no Estado arenistas passam a aguardar os rumos eleitorais. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 25 jul. 1970.

¹⁸ LIMA, Jackson. Nova movimentação tenta o reforço das hostes arenistas: ao equacionamento às velhas facções. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 31 jul. 1970.

com o pouco espaço no governo. A intenção era aproveitar o pleito, no sentido de sanar tais fissuras e dar mais tranquilidade ao governo que assumiria o posto em março de 1971, para levar adiante o projeto desenvolvimentista iniciado na gestão Dias Lopes.

Sobre esses aspectos, completa Jackson Lima:

[...] a existência de facções distintas (ex-PSD, ex-UDN, ex-PTB, ex-PRP, ex-PSP e outros), ou subgrupos e ainda setores pró e anti-governo só causou situações embaraçosas à agremiação. Neste ponto ressaltam os próceres da Arena as divergências que até hoje se fazem exprimir no seio do partido, relembrando as dificuldades surgidas durante o quadriênio político-administrativo que se finda, bem como as tentativas, nascidas em alguns setores, de envolver o futuro Governador, Sr. Gerhardt Santos, numa distribuição setorial de influências, no momento em que se passou a cogitar da escolha do futuro vice-governador. O movimento unificador tende a esclarecer que ‘o adversário da Arena é o MDB’ e não grupos que pretensamente existam dentro do partido. Pois, se prevalecerem as divergências, desse ou de qualquer outro tipo, como são as idiosincrasias de alguns que se intitulam chefes ou líderes de grupos, não terá sentido a idéia de bipartidarismo como forma de aglutinação ideológica para efeito de soma de esforços de que necessita o desenvolvimento sócio-econômico nacional.¹⁹

Assim, firmou-se a ideia de que o gesto de Gerhardt Santos foi uma sinalização deliberada, para a bancada da Arena na Assembleia, de que estava interessado em realizar um governo menos conflituoso que seu antecessor, até pelo fato de Arthur Carlos não ser um elemento de partido e/ou grupo político.

Retomando os debates sobre a indicação para vice-governador, diversos nomes foram cogitados, muitos dos quais somente para os

¹⁹ LIMA, Jackson. Nova movimentação tenta o reforço das hostes arenistas: ao equacionamento às velhas facções. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 31 jul. 1970.

agrupamentos marcarem posição. Entre os vários nomes indicados, o que melhor se enquadrou na missão de estabelecer a unidade partidária foi o do Deputado Estadual Henrique Pretti (ex-PSD), candidato derrotado por José Moraes no pleito para Presidência da Assembleia, em março de 1968, e que também se apresentou na disputa de abril de 1970, ocasião em que foi preterido ante a vitória de Hilário Toniato. Os dois nomes – o do candidato a governador Arthur Carlos G. Santos e o do candidato a vice, Henrique Pretti – foram, então, efetivamente submetidos ao Diretório Regional da Arena, na reunião ocorrida no dia 28 de julho de 1970. Na votação simbólica – uma vez que a indicação já havia sido feita pelo Presidente Médici e dificilmente seria contrariada – Arthur Gerhardt Santos e Henrique Pretti obtiveram a unanimidade de 29 votos do Diretório.²⁰

Tal como aponta Lobino (2008), além da Companhia Vale do Rio Doce, com a qual Arthur Carlos possuía fortes vínculos, outro organismo que teve papel fundamental na indicação do nome de Gerhardt Santos para a governadoria biônica em 1970/1971, foi a Findes. A entidade havia sido importantíssima na formulação e execução do programa da gestão Dias Lopes e, com o tempo, adquiriu importância nas arenas decisórias diversas, em detrimento dos demais grupos de pressão, o que culminou na implantação dos *Grandes Projetos de Impacto*, que veremos mais à frente.

Pela importância que o tema do *desenvolvimento* adquiriu no período, não é difícil imaginar a influência que uma instituição de empresários do ramo industrial passou a ter. Deve-se ressaltar, inclusive, que, em circunstâncias de fragilidade dos instrumentos próprios da democracia representativa, esse fortalecimento de uma entidade corporativa, como a Findes, acabou por reduzir ainda mais as políticas identificadas com o tradicional setor agro-exportador, inclusive nas questões específicas da arena política.

Os nomes de Arthur Carlos G. Santos e Henrique Pretti foram oficialmente submetidos aos Deputados Estaduais na Sessão Extraordinária da Assembleia

²⁰ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. *Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo*. Vitória, 1966-1979, fls. 95-97.

Legislativa, realizada no dia 3 outubro de 1970, na qual obtiveram os 30 votos arenistas, uma vez que a bancada do MDB não compareceu à sessão.²¹Tal votação demonstra o sucesso, pelo menos momentâneo, das movimentações da Arena governista em unir a sigla.

O governo biônico de Arthur Carlos Gerhardt Santos e a manutenção da plataforma ideal na concepção dos Grandes Projetos de Impacto (1971-1975)

“Não basta acreditar na implantação dos Grandes Projetos. Agora, temos que nos preparar para isso”.

Arthur Carlos Gerhardt Santos

“Ou a gente continuava naquela vidinha, piorada com a perda da monocultura, ou se promovia o verdadeiro salto”.

Arthur Carlos Gerhardt Santos.

Arthur Carlos Gerhardt Santos tomou posse, como Governador do Estado do Espírito Santo, no dia 15 de março de 1971, para um mandato que teria duração até 15 de março de 1975. Tal como analisado no tópico anterior, o seu nome foi escolhido pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, com participação relativa do seu antecessor, Christiano Dias Lopes Filho, seguindo o critério eminentemente técnico.

Embora não fosse membro direto de nenhum grupo político, Gerhardt Santos representava, sem dúvida alguma, o novo continuísmo, uma vez que, além de participante do Governo anterior, como um dos principais responsáveis pela reforma administrativa e pela política de incentivos

²¹ ASSEMBLÉIA, sem o MDB, elege Governador e vice. *A Gazeta*, Vitória, p. 1, 5 out. 1970; TRINTA votos da Arena garantiram ontem a eleição de Gerhardt e de Pretti. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 5 mar. 1970.

fiscais,²² voltada para a recuperação e desenvolvimento econômico do Estado, e mais por vinculações familiares, se aproximava dos setores urbano-industriais do antigo PSD capixaba, grupo do qual faziam parte Jones dos Santos Neves e Christiano Dias Lopes, dois dos grandes responsáveis por terem ensaiado e parcialmente executado um projeto de desenvolvimento no Estado.

Todavia, apesar dessas aproximações políticas com a ala urbano-industrial do antigo PSD, Gerhardt Santos possuía alguns atributos que o colocavam em melhores condições para lidar com as várias correntes arenistas naquelas circunstâncias. Era reconhecidamente técnico, administrando um governo em uma circunstância cujo ambiente institucional era marcadamente tecnocrata e voltado para a materialização de um projeto desenvolvimentista. Logo, não havia muitas expectativas, por parte da classe política, quanto a outra postura, senão a montagem de um governo técnico e voltado para políticas cuja finalidade eram o desenvolvimento econômico capixaba.

Nesse aspecto, convém considerar as idéias de Bourdieu, especialmente quando versa sobre o conceito de *capital pessoal*, de *notoriedade*, que se aplica bem ao caso do perfil de Arthur Carlos Gerhardt Santos. Segundo o autor,

[...] o *capital pessoal* de *notoriedade* e de popularidade – firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um nome, uma reputação, etc.) e também no fato de possuir um certo [*sic*] número de qualificações específicas que são a aquisição e da conservação de uma boa reputação – *é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulada em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais [...] e supõem certo capital cultural [...]* (BOURDIEU, 1989, p. 190-191, grifo nosso).

²² Referimos-nos ao Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), criado na Gestão Christiano Dias Lopes (1967-1971) pela Lei n.º. 2.508 de 22 de maio de 1970, e reforçado pela Lei 2.592, de julho de 1971 e compreende a um pacote de incentivos fiscais a empresas importadoras que passassem a atuar no Espírito Santo.

Seguindo o argumento do sociólogo francês, a trajetória de Gerhardt Santos, enquanto técnico de carreira do Estado, o fez transitar por vários governos, inclusive de não pessedistas. Essa condição o diferenciava de Dias Lopes, que era uma das principais lideranças do antigo PSD, e que havia sido líder da oposição no Governo Chiquinho (1963-1966) e um dos principais responsáveis pelo seu afastamento, ocorrido em 1966.

Sobre o perfil de Arthur Carlos Gerhardt Santos, reveladoras são as palavras do Senador Eurico Rezende, ex-membro da UDN, mas que, apesar de caminhar em lado oposto ao antigo PSD, reconhece o papel de Gerhardt Santos como técnico. O fragmento revela, também, o alinhamento das elites capixabas em torno do processo desenvolvimentista, o que, seguindo a trilha de Vilaschi (2011) denominamos de *Consenso de Necessidades*:

Trata-se de um jovem engenheiro que, no [...] Governo Dias Lopes Filho participou ativa e decisivamente de várias tarefas, em obséquio ao desenvolvimento do meu Estado. Muito jovem, a sua vocação e, principalmente, a sua pertinácia para o trabalho através da prestação de melhor serviço público sempre receberam o elogio, o aplauso e o estímulo de seus concidadãos. Sempre foi um técnico que madrugou e que se tornou vitorioso nas batalhas do planejamento reprodutivo. Nesse setor, merece destacar notavelmente a sua colaboração na cruzada que Governo e povo capixabas empreenderam para a conquista dos incentivos fiscais [...] no elenco governamental, destacou-se precisamente pelo seu trabalho diuturno, pelos seus contatos permanentes com órgãos de desenvolvimento do Governo Federal, o Dr. Arthur Carlos Gerhardt Santos, que veio a ser indicado pelo Eminentíssimo Presidente Médici para ser o futuro Governador do Espírito Santo.²³

Acrescente-se, ainda, o fato de Arthur Carlos ter sido indicado diretamente pelo Presidente Médici, com participação limitada de setores da

²³ ANAIS do Senado Federal. Sen. REZENDE Eurico, [DSF 17/07/1970](#). p. 45-46.

política local, embora ela tenha ocorrido, o que significava caminho um pouco mais livre para movimentar-se com mais independência e altivez perante a classe política.²⁴

Por outro lado, não era interessante ao recém-eleito Arthur Carlos Gerhardt Santos herdar a problemática relação que Dias Lopes manteve com a *Arena dissidente* durante seu governo, isto é, na prática, as frequentes obstruções, especialmente no legislativo, empreendidas pela aliança *Arena Cupim de Ferro/MDB*. Diante disso, nos meses iniciais de governo, Gerhardt Santos procurou manter certo distanciamento da problemática política, justamente para evitar desgastes durante sua administração.²⁵

Por ocasião da escolha da nova Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, indicou um nome de consenso dentro do Partido, o de Emir de Macedo Gomes (ex-PSP) que, até aquele momento, havia sido Presidente Regional da sigla, tratando-se de uma figura com extraordinária capacidade conciliadora e com livre acesso a todos os setores do partido, nome que foi tranquilamente aprovado pela legislatura empossada em março de 1971.

Apesar das especulações da classe política nas vésperas da indicação da equipe de governo,²⁶ acabou ocorrendo o que se esperava quanto à montagem do Secretariado: a nomeação de pessoas com perfis eminentemente técnicos, com pouca ou nenhuma vinculação político-partidária. Entre os secretários nomeados, aparecem Levi Pinto de Carvalho (Fazenda), Ivan Shalders (Agricultura), Hamilton Machado de Carvalho (Saúde), José Luiz Cláudio Corrêa (Trabalho), Lizete Lucas Siqueira (Administração), Acy Nigri do Carmo (Educação), Sanatillo Perin (Indústria

²⁴ LEONOR, Esdras. Explicações para o silêncio de Arthur sobre o seu governo. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 5 jan. 1971.

²⁵ LEONOR, Esdras. Explicações para o silêncio de Arthur sobre o seu governo. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 5 jan. 1971.

²⁶ LEONOR, Esdras. Políticos devem lutar para participar do Governo Arthur. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 3 mar. 1971; LEONOR, Esdras. Boatos e especulações no vazio político da hora. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 5 mar. 1971; SECRETARIADO só no dia 11. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 9 mar. 1971.

e Comércio), Gal. Fernando Ferreira Coelho (Segurança), José Antônio de Figueiredo Costa (Casa Civil), Cel. Carlos Moacyr Monjardim (Casa Militar).²⁷

Além desses, é importante enfatizar a presença de Lélío Rodrigues, considerado o grande elaborador da política desenvolvimentista do Espírito Santo, a partir de 1966. Sob seu comando, destaca-se a criação dos já mencionados Codes/Bandes, juntamente com o então Secretário Arthur Carlos G. Santos. Assim, integrou o *staff* do Governador e sua participação se fez presente especialmente nos estudos, nas análises e nas projeções relativas à implantação dos *Grandes Projetos*.²⁸

Desse modo, Arthur Gerhardt sinalizava claramente para a realização de um governo técnico, com vistas a dar continuidade ao processo de desenvolvimento estadual, no apogeu do milagre econômico brasileiro (1969-1973), no que contaria com amplo apoio do Governo Federal, tal como revelam suas memórias:

[...] Bom, aí assumi o Governo. Quando o Médici me convidou, eu entrei na sala, ele olhou pra mim e disse: - você é muito moço! Aí falei com ele: - Médici, está em tempo de desistir! (risos). Mas o pessoal fez boa referência sua, e os políticos de lá do Espírito Santo são de péssima categoria e por aí foi [...]. Mas eu disse pra ele: - Olha, eu vou assumir, eu não sou político, não vou fazer carreira política, não quero fazer carreira política, não tenho vocação pra isso, mas eu preciso do apoio do Senhor pra mudar aquele Estado, mudar o quadro daquele Estado.²⁹

Quanto ao projeto de desenvolvimento do Governo Arthur Gerhardt, que se iniciava, firma-se a convicção de que ocorria o momento

²⁷ SECRETÁRIOS indicados. *A Gazeta*, Vitória, p.1, 17 mar. 1971.

²⁸ O MAIS humilde servidor da economia. Disponível em: [http://www.seculodiario.com.br/seculo/2000/02abril/estragos/index .htm](http://www.seculodiario.com.br/seculo/2000/02abril/estragos/index.htm). Acesso em 16 mai. 2012.

²⁹ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. 2010. Entrevista concedida a Arlindo Villaschi Filho e Ednilson Silva Felipe, Vitória, 06 ago. 2010.

principal da efetiva *convergência histórica entre os projetos de desenvolvimento* que estavam sendo gestados na esfera regional desde a administração Jones dos Santos Neves (1943-1945 e 1951-1954), que não foram à frente, mas que possuíam objetivos de racionalização da administração pública, e o projeto de desenvolvimento do Governo Federal, levado à execução pelo Regime Militar. Isso fez refletir, nas esferas regionais, inclusive no Espírito Santo, a predominância de conteúdo técnico, tanto na formação quanto na ocupação dos quadros burocrático-estatais.

Além disso, a natureza técnica dada à formação e ocupação dos espaços políticos refletiu também no aprofundamento da distância e do pouco peso que foi dado ao Poder Legislativo na condução e direcionamento das decisões estruturais, que estavam transformando a economia capixaba agrário-exportadora em urbano-industrial (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011b).

Ainda em relação a esse aspecto, havia uma orientação explícita do Governo Federal para que essa fosse a tônica dos Governadores indicados,³⁰ razão pela qual se observa a pouca expressividade da esfera legislativa no período e, conseqüentemente, a minimização dos conflitos entre governo e oposição. Por esse motivo, associado ao próprio perfil de Gerhardt Santos, distante das intrigas políticas locais existentes desde o período anterior ao Golpe de 64 e mantidas no cenário bipartidário, a Gestão Arthur Gerhardt não terá grandes problemas com a Arena dissidente, pelo menos na maior parte de seu Governo, e nem com a própria oposição, como teve o governo Dias Lopes.

Em termos de estrutura administrativa, na gestão Arthur Gerhardt, não houve alterações significativas em relação à que foi implantada por seu antecessor. Diante da grave crise do café, a partir da década de 60, deu-se início a uma grande mobilização em termos reivindicatórios, no sentido de resolver os graves problemas econômicos do Estado, aproveitando-se, inclusive, de uma conjuntura favorável quanto à resolução de problemas de desequilíbrios regionais em nível nacional. Desse modo, como se pode aferir

³⁰ ARTHUR Santos, o jovem engenheiro Governador. *A Gazeta*, Vitória, p.4, 16 mar. 1971.

em vários estudos tais como nos de SILVA (1993), Vilaschi (2011), a administração Dias Lopes (1967-1971) logrou êxitos fundamentais em pelo menos três frentes: a *reforma administrativa*, que tornou moderna a face da estrutura burocrática regional; a consolidação do acordo *IBC/Gerça/Governo do Espírito Santo*,³¹ que se encarregaria de atenuar os problemas advindos da erradicação dos cafezais; e a assinatura do Decreto-Lei N° 880, de 18 de setembro de 1969, que concedia *incentivos fiscais* ao Espírito Santo.

Diante de tais êxitos, poucas mudanças seriam implementadas pelo Governo Arthur Gerhardt no que tange às ações pretéritas. Por aí, percebe-se a manutenção da filosofia e a busca da eficiência organizacional do aparato governamental, o que já vinha sendo desenhado nos governos anteriores, mas que foi efetivamente materializado no Governo Dias Lopes. As poucas ações do Governo Arthur Gerhardt, no aspecto da ordenação do aparato institucional, voltaram-se para reforçar o caminho da industrialização. E o número reduzido de mudanças se deve ao fato de o próprio Governador ter sido um dos principais idealizadores e executores da reestruturação administrativa implementada nos anos 1967-1971, enquanto membro do *staff* do ex-governador Dias Lopes, o que já foi mencionado.

Todavia, os modelos de desenvolvimento propostos pelos dois governos não eram idênticos. Para ser mais preciso, foi na gestão Gerhardt Santos (1971-1975), que se iniciou aquilo que Medeiros (1977) chamou de *política industrial dinâmica como fator de desenvolvimento*. Houve a busca pelo aprofundamento desse processo, uma vez que, desde o início, notou-se que as ações desenvolvidas na Gestão Dias Lopes, embora tenham atenuado os problemas gerados pela crise do café e fornecido bases menos frágeis para o Estado, não foram, por si só, suficientes para gerar um processo de industrialização que possibilitasse uma arrancada, de fato, para o *desenvolvimento*. Em outras palavras, as ações do Governo Dias Lopes não tornaram o Espírito Santo um estado industrializado e/ou desenvolvido (MEDEIROS, 1977).

³¹ Acordo firmado com o objetivo de recuperar a economia cafeeira capixaba diante da grave crise a que o Estado do Espírito Santo fora submetido a partir de meados dos anos 1960.

Segundo Medeiros (1977, p. 20),

Esta constatação tornou-se corrente nas esferas estaduais. A experiência mostrou que um banco de desenvolvimento estadual de escala modesta era inacessível aos empreendimentos que realmente transformam uma base econômica, servindo apenas para acelerar vocações pré-existentes [...]. Assim, o Governador Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) desencadeou um processo de atração de investimentos federais e estrangeiros, via *joint ventures* de grande porte, a partir da premissa de que investimentos do nível da Companhia Vale do Rio Doce é que possuíam efeitos multiplicadores reais para dar ao Espírito Santo a dimensão de Estado industrializado e, possivelmente, desenvolvido.

A viabilidade de tal projeto se dava pelo fato de coincidir com o período áureo do milagre econômico, que ocorria no plano nacional, o que significava a abertura de janelas de oportunidades a serem aproveitadas pelo Espírito Santo, pois, na perspectiva dos governos militares, o país se constituía em um grande espaço de intervenção econômica com vistas à manutenção das altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Por outro lado, o momento histórico reforçaria a racionalidade das ações políticas locais, que vislumbravam crescer economicamente e sair da crise a que o estado fora submetido desde meados da década de 1960.

Diante desse cenário, a gestão de Arthur Carlos G. Santos (1971-1975) foi marcada pelo aprofundamento e pela mudança da natureza do processo de industrialização iniciado por seu antecessor. A diretriz central de sua administração se diferenciava daquela implementada no Governo Dias Lopes nesse aspecto, uma vez que buscava superar a visão que colocava as atividades industriais de base desenvolvidas por empresas tradicionais de pequeno e médio portes, bem como por empreendimentos de exportação em trânsito (majoritariamente minério de ferro), como as principais alternativas para proporcionar um salto qualitativo no desenvolvimento econômico

capixaba. Desse modo, firmou-se a convicção de que a superação da histórica dependência do café, na visão do novo governo, deveria ser construída a partir de premissas bem mais ousadas no que tangia à inserção do Espírito Santo no processo de desenvolvimento econômico nacional e internacional (VILLASCHI, 2011).

Em entrevista concedida em 1974, portanto, no final de seu governo, Arthur Carlos G. Santos explicita os motivos que o levaram a buscar essas transformações:

[...] Nesses anos, a economia do Espírito Santo era o café e os serviços da Companhia Vale do Rio Doce. Mas, embora com taxas de crescimento superiores à média nacional, nossas poupanças não fixavam no Estado, por falta de infraestrutura. Tínhamos um ciclo econômico que não multiplicava riquezas por falta de energia elétrica, por falta de aparelhamento do porto e por falta, em fim, de todas as condições infraestruturais que viabilizavam um processo econômico [...]. Com a crise do café, houve um impasse: ou a gente continuava naquela “vidinha”, piorada com a perda da monocultura, ou se promovia o verdadeiro salto. Porque ficou claro que, nos anos 60, nosso crescimento já estava muito abaixo da média nacional, a ponto de chegarmos a 1968 com 75% desta média [...].³²

Sobre as taxas de crescimento abordadas por Gerhardt Santos, de fato, os números dos anos 1960/1970 apontam que a participação relativa no PIB nacional ascendeu de 1,07% para 1,10% e a renda *per capita* do capixaba passaria de 52,5% para 68,5% da média nacional (RODRIGUES, 1975). Todavia, esses dados não mudavam o caráter subdesenvolvido do Estado do Espírito Santo, isto é, seu caráter marginal e periférico.

O então Governador completou o raciocínio, afirmando que

³² SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. O Pequeno grande Estado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 10, fev. 1974.

[...] O investimento total aprovado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, de 1967 - quando ainda era Codes -, até junho de 1973, foi da ordem de 604 milhões de cruzeiros, a preços constantes. Este número, por isso, não pode dar ao Estado a escala econômica que ele necessita. Por isso, começamos os esforços para atrair capitais de fora [...].³³

Além disso, na mesma entrevista, Arthur Carlos fez as seguintes considerações:

[...] Logo após a minha posse, em conversa com o então Ministro Delfim Neto, reforcei ainda mais a minha posição com referência aos investimentos externos, quando definimos que o Espírito Santo só poderia ter um processo de derramagem econômica, com a execução de um projeto de igual ou maior envergadura que a Companhia Vale do Rio Doce. Isso porque ela ficava isolada no panorama econômico do Estado e seu efeito multiplicador era insuficiente para dinamizar a economia capixaba nos níveis desejados [...]. Já no Governo Christiano, a Codes percebeu que a poupança gerada pelos incentivos fiscais era pequena e que não se poderia [sic] atrair incentivos de fora para serem aplicados aqui. Então, esta captação de recursos externos passou a ter uma importância muito grande porque, principalmente, o Estado estava totalmente despreparado para tentar atrair tais investimentos.³⁴

Desse modo, a lógica passou a ser a seguinte: se a CVRD e suas externalidades positivas contribuíam de forma impactante para a economia capixaba, a grande questão tornou-se a implementação de uma *segunda muleta* para que a economia do Espírito Santo pudesse avançar mais rápida e intensamente e de forma sustentável. Assim, a preocupação e o

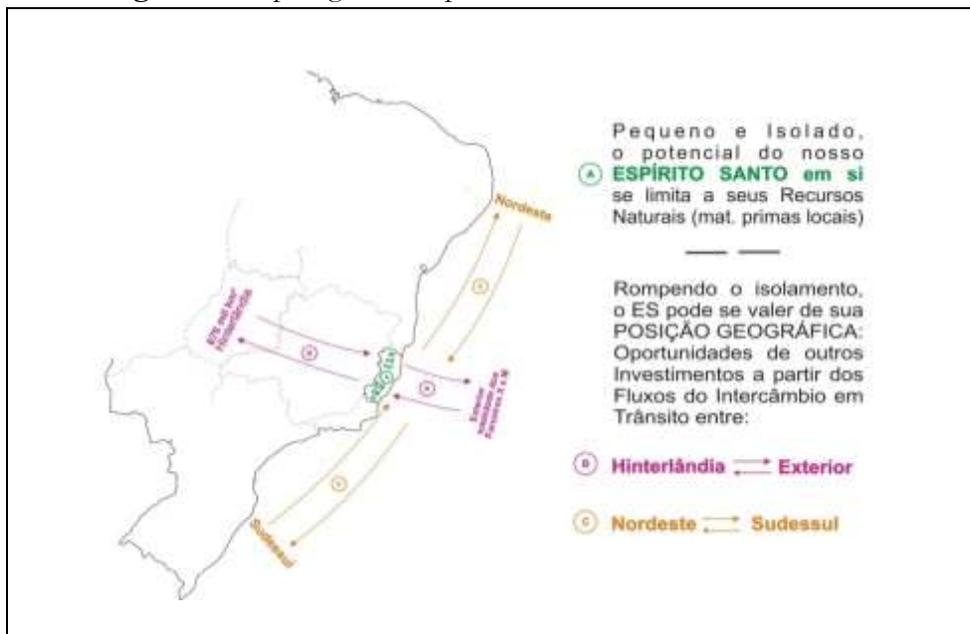
³³ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. O Pequeno grande Estado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 10, fev. 1974.

³⁴ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. O Pequeno grande Estado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 10, fev. 1974.

direcionamento do Governo Gerhardt Santos passaram, então, a visar novos saltos qualitativos para a economia capixaba, por meio da implementação de outras atividades dinâmicas, alavancadas por investimentos exógenos, fossem eles de capitais nacionais ou estrangeiros, aproveitando-se das circunstâncias históricas de maciços investimentos do Governo Federal (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011c). Ou seja,

[...] muito mais do que o aproveitamento de vantagens locacionais e estáticas que já vinham sendo exploradas pela CVRD (pelotização e porto), era preciso instalar novas atividades de vulto, tais que desencadeassem o surgimento e atração de novas empresas, novas atividades que lançariam o Espírito Santo a novos patamares em termos de dinamização econômica. Essa era a essência dos *Grandes Projetos de Impacto* [...] (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011c; p. 90).

Figura 1 – Tipologias de Oportunidades de Investimentos.



Fonte: Rodrigues (2009).

Em sua concepção original, o aproveitamento, via *Grandes Projetos de Impacto* (GPs), das vantagens que apresentava o Espírito Santo, estava ligado às disponibilidades de recursos naturais (tipologia A) e à facilidade geográfica de intercâmbio entre a hinterlândia e o exterior (tipologia B) e também de entreposto comercial entre o Nordeste e parte do Sul do país (tipologia C).

Portanto, a atração de investimentos de grande porte, que mais tarde se convencionou chamar de (GPs), se encaixava perfeitamente nessa perspectiva. Tais empreendimentos consistiam em atrair investimentos na ordem de 5 bilhões de dólares, distribuídos entre os complexos paraquímico (indústria de celulose) e siderúrgico (incluindo usinas de pelotização), implementando uma nova política de agregação de valor à matéria-prima; e também entre os complexos portuário (terminal de corredor de transportes para exportação), naval (estaleiros de desmonte e de construção naval) e turístico (investimentos no litoral sul do Estado), conforme quadro abaixo:

Tabela 1: Grandes Projetos de Impacto.

Complexo	Grande projeto	Grupo empreendedor
Turístico	Rodovia do Sol Cidade do Sol Parque Juparanã	
Portuário	Porto de Vitória Terminal de Tubarão Terminal do Complexo Siderúrgico Terminal de Anchieta Terminal de Uruçuquara	
Naval	Reparos Navais	Gaslimpo Petrobrás CVRD LLOYD
	Estaleiro de construção	Mitsui Shipbuicdiwg
	Estaleiro de desmonte	Wisibra
Paraquímico	Aracruz Celulose	Lorentzen Brascan

	Projeto Litoral Norte	CVRD JPB
	Extração de Petróleo	Cenibra
Siderúrgico	Usina de semi-acabados	Sidebrás Curo Kawazaki Finsinder
	Usina de acabados planos	Sidebrás Kloeckwer Sidercap
	Usina de acabados não planos	Cofavi Cobe Steel
	Usina de Pellets da CVRD	Finsinder Nippon Kawazaki Iwi Espanha
	Usina de Pellets de Anchieta	Samarco (Samitri/Marcona)

Fonte: O PEQUENO grande Estado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 10, fev. 1974.

Ou seja, os *Grandes Projetos de Impacto* objetivavam a superação do que estava estabelecido e representavam a possibilidade de lançar a economia capixaba numa nova ordem e em outro patamar qualitativo. Os desafios, porém, eram muitos, uma vez que tais perspectivas somente poderiam se tornar realidade a partir de um conjunto de forças que, em coalizão, pudessem superar os entraves, fossem eles infraestruturais, econômicos, políticos ou institucionais (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011c).

Naquele contexto, as desigualdades regionais eram tratadas como grandes gargalos a serem destacados na pauta das políticas nacionais de industrialização. Todavia, os principais alvos das mesmas seriam naturalmente o Norte e o Nordeste do país, uma vez que apresentavam limitados índices de produtividade quando comparados aos da região Sudeste, que concentrava elevados percentuais de produção industrial, desenvolvimento humano e urbanização (LOBINO, 2008). Nesse aspecto, o

Espírito Santo, localizado na Região Sudeste, teria mais dificuldades de conseguir respaldo nacional para os seus interesses.

Em face das discrepâncias entre as várias regiões do país, os técnicos da Cepal indicavam a necessidade de implementação de políticas públicas, objetivando alterar os desequilíbrios regionais, por intermédio do estímulo ao capital privado e da promoção de obras de infraestrutura, fazendo com que o Estado brasileiro levasse a cabo aquilo que alguns autores, a exemplo de Rocha & Morandi (1991), chamam de *industrialização planejada*.

Todavia, o Espírito Santo representava um caso *sui generis*, uma vez que, embora encravado em meio às três grandes potências da federação, se assemelhava aos estados nordestinos, devido à sua baixa produtividade econômica e a indicadores sociais muito ruins, mas não era abarcado pelas políticas voltadas para o Nordeste. Mesmo assim, existia o risco de o Estado permanecer excluído de tais investimentos (LOBINO, 2008). O Espírito Santo era, nas palavras de Ademar Martins, capixaba e Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República no Governo Jânio Quadros (1961-1961), “*um Nordeste sem Sudene*”

Nesse sentido, a consecução desses investimentos exigiu grandes esforços políticos já que, em certa medida, o Espírito Santo precisou disputar com outros estados a posição de receptor desses recursos, tal como pode ser observado na fala do então Governador:

[...] Logo que assumi o Governo, o Ministro Pratini de Moraes³⁵ veio ao Espírito Santo pela primeira vez e eu fiquei sabendo que a Nippon Steel tinha feito um estudo no Brasil e chegado à conclusão de que o melhor lugar para siderurgia era na saída da Serra dos Carajás. Isto parecia fechar definitivamente as nossas possibilidades de ter um investimento desse porte voltado para o comércio externo. Porque o Estado do Maranhão, além do porto - que era o nosso trunfo principal - tinha, também, a Serra

³⁵ Trata-se de Marcus Vinícius Pratini de Moraes, que foi Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo no Brasil (1970-1974), da Minas e Energia (1992-1992) e da Agricultura e Abastecimento (1999-2002).

dos Carajás. Na conversa com o Pratini, eu senti a situação e disse a ele que, mesmo assim, tinha esperanças, porque o mundo de hoje sofre transformações muito rápidas [...].³⁶

Diante desse cenário inicialmente negativo, enquanto possibilidades de investimentos, exigiu-se, por parte do Governo estadual, maior capacidade de interlocução reivindicatória junto às esferas federais. Essa influência da esfera nacional nos rumos da economia capixaba já tinha sido prevista por Rodrigues (1973) e trabalhada mais detalhadamente por Medeiros (1977), quando lançou, o conceito de *desautonomia relativa*, segundo o qual,

[...] na medida em que a implantação destes Grandes Projetos poderia reforçar o potencial de ingerência do Governo Federal na esfera estadual, além de trazer para o palco um novo foco de poder, o das corporações estrangeiras envolvidas, contribuir-se-ia para a marginalização dos poderes público e privado capixabas e o Espírito Santo correria o risco de perder a sua já reduzida autonomia. Assim, seria configurado um processo iminente de marginalização estadual, tratado [...] de desautonomia relativa [...] (MEDEIROS, 1977, p. 3).

Assim, pode-se afirmar, à guisa de conclusão do presente tópico que, durante o Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos, foi gestada uma das principais transformações pelas quais passaria o Espírito Santo nos anos posteriores. Mudou-se – radical e definitivamente – a natureza do espaço econômico capixaba: se até o início da década de 70, o *locus* da acumulação capitalista concentrada se centrou nos setores das atividades tradicionais, liderados pelo capital local, sem nenhum rompimento profundo com a atividade cafeeira – monocultura de exportação –, a partir do Governo Gerhardt Santos, passaria o Estado a ser o *locus* da ampliação, acumulação e reprodução do grande capital, com lógica própria e distinta da que a

³⁶ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. O Pequeno grande Estado. *Revista Espírito Santo Agora*, Vitória, Ano III, nº 11, p. 10, mar. 1974.

economia capixaba havia experimentado em toda sua trajetória desenvolvimentista.

Apesar de todas as movimentações do Governo Arthur Gerhardt, somente parte dos *Grandes Projetos* foram efetivamente viabilizados. Acerca das tipologias apresentadas na figura 1, após a concretização e operação dos investimentos, percebe-se que somente as tipologias A e B se consolidaram (Quadro 1). E das cinco áreas de investimento indicadas na tabela 1, duas não se viabilizaram, a naval (estaleiro de desmonte e construção naval); e a turística (investimentos na região litorânea sul do ES), sendo que os complexos siderúrgico (usinas de pelotização e siderurgia), paraquímico (indústria de celulose) e portuário (terminal do corredor de transportes para exportação) foram efetivamente instalados, em grande medida no Governo Élcio Álvares (1975-1979). Os estaleiros de reparos, uma das principais prioridades do governo estadual, acabaram sendo direcionados para o Rio de Janeiro, representando importante perda para o Espírito Santo.

Considerações finais

O presente artigo procurou a ascensão e aspectos do Governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos à frente do Governo do Estado do Espírito Santo. Observou-se, inicialmente, que não obstante as expectativas geradas pela edição do Ato Complementar N° 54, editado em maio de 1969, que orientou a reorganização dos Diretórios municipais, estaduais e nacional dos partidos, na prática, não representou muita coisa para a classe política quando a participação nos rumos do governo autoritário vigente, uma vez que a escolha do Governador Biônico do Espírito Santo, que assumiria no início de 1971, se deu pela intervenção direta do Governo Federal, que adotara o critério técnico para efetivar tal escolha. Assim, entre as três principais possibilidades apontadas: Marcus Vianna, que logo depois se tornaria Presidente do BNDE, Darcy Werther Vervloet, então Secretário de Educação e Cultura do Governo Dias Lopes (1967-1971), e Arthur Carlos

Gerhardt Santos, figura destacada do mesmo Governo, prevaleceu a escolha do terceiro.

Quanto ao Governo Arthur Gerhardt (1971-1975) analisamos a elaboração e operacionalização do programa de atração de investimentos, que se convencionou chamar de *Grandes Projetos de Impacto*, cuja continuidade observa-se nos governos seguintes. Importante salientar que, para a atração de tais empreendimentos, o Governo estadual, se valendo das restrições às atividades políticas da época, bem como do *consenso de necessidades* e da *coalizão de possibilidades* forjados em torno de uma nova lógica de desenvolvimento, desde a crise do café, agiu à revelia dos grupos políticos locais, uma vez que tais capitais foram captados na esfera nacional e, principalmente, internacional, não passando, portanto, pela ingerência das forças políticas do Espírito Santo, que se mantiveram relativamente marginalizadas.

A principal consequência dos *Grandes Projetos* para a estrutura política capixaba foi a configuração de um novo foco de poder, com a perda relativa de autonomia por parte do setor público estadual na condução do processo de desenvolvimento e da própria agenda política, ocorrendo aquilo que Medeiros (1977) denominou de *desautonomia relativa*.

Referências

- ABRÚCIO, Fernando; SAMUELS, Davis. *A nova política dos governadores*. Lua Nova, Nº 40/41, 1997, p. 137-166.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- CASTELO BRANCO, Carlos. *Os militares no Poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, v.3.
- GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- LOBINO, Camilla Ferreira. *As entidades associativas não governamentais e o monocultivo do eucalipto no Espírito Santo*. 2008. 201 f. dissertação

(mestrado em planejamento urbano e regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- MEDEIROS, Antônio Carlos. *Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa*. 1977. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.
- RESENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. 2. ed. Londrina: Eduel, 2003.
- ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. *Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)*. Vitória, ES: FCAA, 1991.
- RODRIGUES, Lélío. *Perspectiva de desenvolvimento integrado do Espírito Santo, no próximo decênio, a partir do crescimento econômico assegurado pelos Grandes Projetos*. Vitória, BANDES: 1973.
- SILVA, Justo Corrêa. *Espírito Santo: o processo de industrialização e a formação da estrutura do poder executivo – 1967/1983*. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1993.
- VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Da crise econômica ao consenso das necessidades: o Governo Christiano Dias Lopes (1967-1971). In: Arlindo Villaschi. (org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. 1º ed. Vitória: Flor & Cultura, 2011b, v. 1, p. 53-76.
- VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de; O Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) e a segunda muleta. In: Arlindo Villaschi. (org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. 1ª ed. Vitória: Flor & Cultura, 2011c, v. 1, p. 77-103.
- VILLASCHI, Alindo. (org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. 1º ed. Vitória: Flor & Cultura, 2011.